



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Aquisição de 792 (setecentos e noventa e dois) paletes em polipropileno para utilização com paleteiras e empilhadeiras, próprios para estocagem em prateleiras ou estantes porta paletes.

2. Fundamentação da Contratação

2.1. Motivação

Necessidade de melhor aproveitamento e otimização do espaço, com a utilização das estantes e paletes para acondicionamento das urnas eletrônicas.

2.2. Objetivos e Benefícios

Melhor acomodação das urnas eletrônicas, facilitando o seu manuseio e empilhamento de forma correta e ordenada.

2.3. Alinhamento Estratégico

Fortalecimento da governança de contratações.

2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Os estudos preliminares estão inseridos no PAE n. 15.777/2021.

2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista é a mesma a ser contratada, ou seja, a aquisição de 792 (setecentas e noventa e duas) unidades de paletes em polipropileno.

2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Paleta em polipropileno: superfície superior lisa com face vazada e sem abas, com três longarinas e travessa central, com 2 (duas) entradas laterais vazadas na menor dimensão (largura), monobloco (sem emendas ou soldas), sem cantos vivos, pregos e lascas, fabricado em material atóxico, inalterável a agentes químicos, higienizável, imune a odores e fungos (proteção microbiana), resistente a alta e baixa temperatura, com aditivo UV14.

Dimensões: altura mínima de 150mm e máxima de 180mm, comprimento igual a 1200mm, largura igual a 1000mm. Peso máximo de 21 kg. Capacidade estática mínima de 1500 kg, capacidade dinâmica mínima de 1200 kg, capacidade de carga para porta paleta de 1000 kg, na cor preta.

Adequado para utilização com prateleiras e empilhadeiras e próprio para estocagem em prateleiras.

O produto deve atender as especificações da ABNT NBR 16242:2020, Classes 1, 2 e 3, e aos Requisitos APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle).

Acondicionamento: original de fábrica.

Observação: os produtos deverão ser novos e para primeiro uso, não sendo admitidos paletes recuperados ou reformados

Quantidade: 792 (setecentas e noventa e duas) unidades.

Prazo de entrega: 40 dias



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9. Parcelamento e Adjudicação

O parcelamento do objeto não é possível, para que todos os paletes adquiridos sejam da mesma marca, pois em havendo marca diferente, pode comprometer o empilhamento dos mesmos, quando necessário. Trata-se de objeto único, sendo sua adjudicação para um único fornecedor.

2.10. Seleção do Fornecedor

O fornecedor será o que apresentar o menor preço e apresentar proposta com todos os requisitos solicitados neste projeto básico.

2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e
b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Pregão eletrônico, do tipo menor preço.

2.12. Impacto Ambiental

Não há qualquer impacto ambiental.

2.13. Conformidade Técnica

O produto deve atender as especificações da ABNT NBR 16242:2020, Classes 1, 2 e 3, e aos Requisitos APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle).

2.14. Obrigações da Proponente

Não se aplica a esta contratação.

2.15. Obrigações da Contratante

Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital do Pregão.

2.16. Obrigações da Contratada

2.16.1. Entregar os produtos solicitados em até 40 (quarenta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho.

2.16.2. Entregar os produtos no Depósito do TRESA, localizado na Servidão Antônio José Guarezi, 130, Jardim Eldorado, Palhoça/SC, na Seção de Administração de Urnas do TRESA, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta, no horário entre 13h e 18h, devendo a entrega ser previamente agendada pelo e-mail: cel-sau@tre-sc.jus.br.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.3. Após recebidos, os paletes serão conferidos pelo setor competente e, se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituí-los em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pela empresa, da notificação emitida pelo TRESC.

2.16.3.1. Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição de que trata o subitem 2.16.3, não interromperá a multa por atraso prevista no art. 86 da Lei n. 8.666/1993.

2.16.4. Em caso de substituição de produtos, conforme previsto no subitem 2.16.3, correrão à conta do licitante vencedor as despesas decorrentes da devolução e nova entrega.

2.16.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado.

2.16.6. Manter as condições de habilitação durante a contratação.

2.17. Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3. Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Descrição no subitem 2.7.

3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Pallet de polipropileno HV3 -1210, preto, da Inplastic.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

3.1.2. Códigos SIASG

BR0150269/0025.

3.1.3. Vigência

Não se aplica a esta contratação.

3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, em 01 de setembro de 2021.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

A gestão do presente objeto será do titular da Seção de Administração de Urnas, ou seu substituto, ou seu superior imediato.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Não se aplica a esta contratação.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Não se aplica a esta contratação.

1.3. Instrumentos Formais

Será emitida nota de empenho, para o fornecimento do produto.

1.4. Prazos de Garantia

Garantia do fabricante de 12 meses.

1.5. Acompanhamento do Contrato

1.5.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução da contratação consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio do Gestor da Contratação, qual seja, o servidor titular da função de Chefe da Seção de Administração de Urnas – SAU, ou seu substituto, ou seu superior imediato, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

1.5.2. Ao Gestor, fica assegurado o direito de:

- a) exigir o cumprimento de todos os itens das especificações constantes do Projeto Básico;
- b) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado e estipular o prazo para sua retirada.

1.5.3. O acompanhamento de que trata o subitem 1.5.1 não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois da execução do objeto deste projeto básico.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Poderão ser aplicadas à empresa vencedora, conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) no caso de inexecução parcial, multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;
- c) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado;
- d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.1.1 A sanção estabelecida no subitem 1.11.1, letra "e", é de competência do Presidente do TRESC.

1.11.2. Em conformidade com o artigo 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na entrega do objeto, sujeitará a Contratada, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor total contratado, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.2.1. Relativamente aos subitens 1.11.1 e 1.11.2, os atrasos superiores a 30 (trinta) dias serão considerados inexecução total do contrato.